



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Apresentação: 13/07/2022 11:35 - CPD
SBT-A 1 CPD => PL 3697/2012

SBT-A n.1

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AOS PROJETOS DE LEI Nº
3.697, DE 2012, Nº 5.612, DE 2013, Nº 3.951, DE 2015, Nº 6.773, DE
2016, Nº 11.053, DE 2018 E Nº 2.330, DE 2021**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre o agendamento remoto de consultas e procedimentos e sobre o atendimento domiciliar às pessoas com mobilidade reduzida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19-I.

.....

§ 4º Os pacientes com mobilidade reduzida, constatada por profissional de saúde, terão direito a:

I – aplicação domiciliar de medicamentos, procedimentos e vacinas;

II - recebimento de todos os medicamentos de uso contínuo em domicílio, sem ônus, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 5º O SUS disponibilizará canais telefônicos ou telemáticos para permitir ao cidadão realizar remotamente:

I - agendamento de consultas e procedimentos;

II – acompanhamento de filas de procedimentos e cirurgias.”

Art. 2º As instâncias gestoras do SUS regulamentarão, em suas respectivas esferas, o disposto nesta lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Esta lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de julho de 2022.

Deputado PROFESSOR JOZIEL
Presidente

